

Revista de
Ciências
Humanas
UFSC

Apresentação: gênero na psicologia em tempos sombrios

Presentation: gender in psychology in dark times

Presentación: género en la psicología en tiempos sombríos

Mara Coelho de Souza Lago^a ; Anna Paula Uziel^b ; Giovana Ilka Jacinto Salvaro^c  e
Patricia Castro de Oliveira e Silva^d  (Organizadoras)

^a Doutora em Psicologia da Educação e professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil – E-mail: maralago7@gmail.com

^b Psicóloga, doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Professora associada no Instituto de Psicologia da UERJ e no PPGPS /UERJ. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil – E-mail: uzielap@gmail.com

^c Professora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) e no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, SC, Brasil - giovanailka@gmail.com

^d Psicóloga, doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutoranda em Psicologia Social na UERJ. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil - E-mail: patriciacastropsi@gmail.com

Como citar o artigo:

LAGO, M. C. S. et al. Apresentação: Gênero na psicologia em tempos sombrios. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.52, 2018. DOI: 10.5007/2178-4582.2018.50423

Os artigos que compõem este dossiê, submetidos à Revista de Ciências Humanas da UFSC em 2018, foram produzidos por professoras e professores que há mais de uma década se reúnem em diferentes eventos acadêmicos, a partir das reuniões bianuais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), para dialogar e refletir sobre os estudos de gênero nesta disciplina da área de humanas. São artigos que resultam do intenso envolvimento de suas autoras e autores com o exercício da docência em universidades de várias regiões do país, escritos em sua quase totalidade a quatro ou mais mãos, na troca dialógica de orientadoras e orientadores de cursos de pós-graduação em psicologia, com suas alunas e alunos. Trazem resultados de pesquisas conjuntas e/ou construídas em conjunto, muitas delas envolvendo também atuações em projetos de extensão, nesse



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

tripé de atividades que sustentam as universidades em seus cursos de graduação e pós-graduação, formando profissionais que se idealizam críticos, com desempenhos competentes e voltados para projetos e práticas sociais relevantes.

A edição destes artigos testemunha a coragem e coerência editorial da Revista de Ciências Humanas da UFSC, que com seu perfil marcadamente interdisciplinar já completou mais de 30 anos de publicação, pela resistência que significa divulgar um dossiê dedicado aos estudos de gênero nestes tempos de ataques ao ensino em geral, e às universidades públicas brasileiras, as maiores produtoras de pesquisa no país.

Ataques que cortam bolsas de estudo, que questionam as políticas de cotas e, de forma muito explícita, traduzem-se no alardeamento de uma suposta “ideologia de gênero”, contraposta por um projeto legislativo de “escola sem partido”¹, esta sim comprometida com ideologias neoliberais de direita, conservadoras. Uma proposta estrategicamente focada no desmanche dos estudos de gênero e sexualidades, na negação dos princípios de uma educação inclusiva como direito de todos e obrigação do Estado, voltada à diversidade da população. Posições políticas que buscam anular a importância de educadores brasileiros como Teixeira (1969; 1994; 1996; 1998) e Freire (1987; 2015), com atuação e obras educacionais reconhecidas internacionalmente.

Ameaças e Ataques que se materializam em cortes de verbas, em sérias ameaças à laicidade do Estado, e conseqüentemente da educação, à liberdade de cátedra, às construções curriculares das diferentes disciplinas, sendo as da área de humanas as mais visadas.

Os estudos de gênero e sexualidades são fundamentais para a psicologia, cujas/os profissionais são chamadas/os a opinar e emitir diagnósticos nos processos de transexualização, e cujo Conselho a nível nacional já se posicionou, tanto sobre os processos discriminatórios em relação às pessoas trans², quanto em relação à prática da chamada “cura gay”³, defendida inclusive por psicólogas/os ligadas/os a credos religiosos intolerantes em relação às diversidades sexuais.

Os textos reunidos no dossiê sobre Psicologia com Gênero tratam da formação de psicólogos/as, em seus desdobramentos na educação, em diferentes estratégias de pesquisa, trazendo reflexões sobre a intervenção de profissionais em equipes multidisciplinares de serviços ligados à saúde e assistência social, voltando-se para a questão dos direitos humanos, as dimensões geracionais,

¹ Sobre o tema, tem crescido a produção crítica. Ver, por exemplo, *A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*, organizado por vários autores (SOUZA et al, 2016), publicado pela Ação Educativa, São Paulo, e ESCOLA “SEM” PARTIDO: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira (FRIGOTTO, 2017), ambos disponíveis online.

² Resolução Conselho Federal de Psicologia (CFP) nº 01, de 29 de janeiro de 2018, que orienta a atuação profissional de psicólogas(os) para que travestilidades e transexualidades não sejam consideradas patologias (CFP, 2018).

³ Resolução CFP nº 001, de 22 de março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual (CFP, 1999).

em perspectivas interseccionais, pós estruturalistas queer, descoloniais. Neles um tema se destaca, a questão da violência contra mulheres, crianças, jovens, homossexuais, transgêneros, camponesas....

Violência manifestada na intolerância ao visto como diferente, aos pobres, aos negros e negras sobreviventes de quatro séculos de escravidão no país, aos povos indígenas remanescentes do massacre colonial, a homossexuais, travestis, transexuais, a população LGBT como um todo, que tem sofrido com perversa intensidade ataques e mortes por não se enquadrar à normatização da heterossexualidade compulsória (RICH, 2012).

O campo da educação, no qual labutam todas as autoras e autores deste dossiê, é o foco das reflexões apresentadas no artigo “Deborah Britzman e a educação sexual: entre a pedagogia queer e a psicanálise”, de Gilberton Vieira Rodrigues e Patrícia Porchat, que partem da análise da teoria pedagógica desta professora e psicanalista americana, a qual preconiza uma educação sexual baseada nas artes, jogos, brincadeiras, para propor a pedagogia *queer* como um campo que desestabiliza o discurso normatizador da educação. Uma pedagogia *queer* que, por questionar posições hierarquizadas em um ambiente educacional que valoriza e faz emergir contradições e resistências, de acordo com autor e autora, aproxima-se da prática clínica da psicanálise.

O artigo de Adriana Sales, Daniele Barreto e Wiliam Peres “Há Psicologias em movimento? Problematizações (im)pertinentes sobre os prazeres, as sexualidades e os gêneros na formação em psicologia”, que reflete sobre esta formação disciplinar, com cursos disseminados em quase todas as regiões do país e em números expressivos de instituições privadas em relação a universidades públicas, constitui-se em discussão relevante para este dossiê. Referindo-se ao fato do interesse em psicologia clínica sobrepor-se e perpassar a atuação em outras especialidades da profissão de psicólogas/os, as autoras e autor questionam as bases curriculares estabelecidas para os cursos de graduação em psicologia, trazendo à discussão temas referentes a sexualidades outras, dissidentes dos binarismos instituídos por modelos identitários cisheteronormativos. Preconizando a produção de novos contratos éticos e políticos que visem a construção de profissionais comprometidas/os com valores de inclusão e respeito às diversidades, propõem a emergência “de novos campos de saberes e fazeres dentro da Formação em Psicologia” que anunciam como uma psicologia social *Queering*.

O texto de Jimena de Garay Hernández, Patricia Castro de Oliveira e Silva, Anna Paula Uziel e Simone Ouvinha Peres também aborda a formação na área, ao relatar e colocar em análise os caminhos percorridos em pesquisa desenvolvida a partir de questões de gênero e sexualidade em unidades de internação do Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro. Em meio a surpresas, angústias e desafios, discutem aspectos éticos e metodológicos do percurso como pesquisadoras, a partir da cartografia como uma perspectiva ético-político-estética-metodológica que tem como objetivo, mote

ou pretexto acompanhar processos. Isso possibilita parcerias e permite que as tensões e potências do encontro das pesquisadoras no campo se constituam também como seus analisadores.

Relações afetivas, sejam conjugais ou de família, também compõem este número. Em pesquisa realizada com 174 jovens de 17 a 29 anos relatada no artigo “Experiências amorosas, gêneros e sexualidades na juventude contemporânea”, Leonardo Lemos de Souza e Danielly Christina de Souza Mezzari buscam investigar o significado das relações amorosas nas narrativas produzidas pelos/as jovens que participaram da pesquisa. Discutem o conceito de amor romântico e seus desdobramentos nos relacionamentos, bem como a diversidade de relações amorosas das juventudes contemporâneas, levando em conta os atravessamentos dos marcadores de gênero e sexualidade para analisar as narrativas produzidas sobre as temáticas do amor e dos relacionamentos.

O artigo “Família e experiências de parentalidades”, de autoria de Mônica Angonese e Mara Lago, discorre sobre a invisibilização das parentalidades trans frente à cisheteronormatização que define o tema da reprodução humana. Ressaltando a questão dos direitos reprodutivos serem negados a pessoas constituídas como abjetas e trazendo excertos de falas de mulheres e homens trans entrevistadas/os, o artigo reflete sobre situações que Angonese (2016) conceituou como “esterilização simbólica” em sua dissertação de mestrado, e que testemunham a exclusão das pessoas trans de direitos fundamentais de seres humanos, de serviços de saúde e da própria cidadania.

As masculinidades estão em pauta no trabalho de Adriano Beiras e David Tiago Cardoso, “Psicólogo na Assistência Social: o lugar do homem e diálogos epistemológicos feministas na prática profissional”. Os autores pretendem traduzir a experiência de corpos cisnormativos masculinos, categorizados como homens, na participação em lugares reconhecidos como femininos (Política Pública de Assistência Social), e feministas (Teorias Feministas Pós-estruturalistas). Partem da compreensão de que a experiência, história encenada pela linguagem, produz o sujeito e não algo que o sujeito tenha como propriedade ou que seja anterior a ele. Assim, relatam seus percursos nas teorias feministas e a contribuição destas na construção de práticas no Sistema Único de Assistência Social, por meio das perguntas: Quem somos? De onde viemos? Para onde vamos? Concluem que, justamente por serem homens, precisam denunciar os privilégios para construir pontes para mudanças, e não abismos para a manutenção dos mesmos.

Os artigos que se seguem tematizam mais especificamente a violência. Chamadas a participar de projetos municipais de combate à violência contra mulheres, a psicóloga Marlene Strey e a advogada Renata Jardim analisam, em seu artigo, propostas de intervenção desenvolvidas para o enfrentamento da violência de gênero por pesquisadores e profissionais espanhóis. Discorrendo sobre conceituações e teorias referentes ao tema da violência de gênero trazidas por pesquisadoras/es de diferentes campos disciplinares, as autoras apresentam e defendem, como ferramentas capazes de

auxiliar no combate à violência de gênero contra mulheres, o modelo da psicóloga Neusa Roca Cortés e colaboradoras/es, que distingue as fases de liberação e recuperação no trato de mulheres que sofreram violência, e também os Protocolos de Avaliação de Risco desenvolvidos pelo Circuito de Barcelona (RDV-BCN).

Jorge Lyra, Benedito Medrado, Mirella Lucena, Jorge Luiz Silva, Patrícia Ivanca, em “Narrativas de mulheres sobre o enfrentamento à violência na saúde”, entendem a violência contra as mulheres como produto das desigualdades de gênero interseccionada com questões de raça e classe, e mostram como esta forma de violência tomou uma importância crescente no mundo e no Brasil, ao longo das últimas décadas. Com o objetivo de compreender as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres no contexto da atenção primária à saúde, os autores e autoras entrevistaram 15 mulheres usuárias dos serviços da Rede de Atenção Primária em Recife/ Pernambuco. Os resultados foram organizados a partir de diferentes categorias e as/os pesquisadoras/es concluíram ser fundamental a discussão da temática da violência contra as mulheres dentro das Unidades de Saúde da Família, e o reconhecimento que essas unidades são o primeiro lugar que as mulheres buscam para realização do cuidado.

“Camponesas em lutas pelo fim das violências contra mulheres” escrito por Giovana Ilka Salvaro, reflete sobre o surgimento mais recente de demandas do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC), que em 2004 se constituiu pela unificação de movimentos autônomos de mulheres rurais, reivindicando ações para o enfrentamento de violências de gênero nas esferas públicas e privadas. Dedicada aos estudos de redes de mulheres rurais em movimentos, a autora percebe como nova pauta do MMC a visibilização das violências contra mulheres, ao lado de antigas reivindicações referentes à garantia de direitos, reconhecimento da profissão de trabalhadoras rurais, entre outras demandas, relacionando-se com um campo mais amplo de lutas pela igualdade, em defesa da vida e pela garantia de direitos humanos das mulheres.

O artigo “Ouvindo o inaudito: mal-estar da maternidade em mães ofensoras atendidas em um CREAS” de Aline Xavier e Valeska Zanello, trata do tema da violência contra a criança, uma das maiores causas globais de mortalidade infantil cujos números no Brasil são subnotificados, pela escuta de mães acusadas de transgredir os ideais da maternagem em um Centro de Referência em Assistência Social do Distrito Federal. As três mães entrevistadas a partir de seu atendimento em programa psicossocial narraram vivências de abandono familiar e violências, que terminam por se repetir no trato com filhas/os, causando-lhes profundas ambivalências e mal-estar. Sem apoio de famílias e dos pais das crianças, são mulheres submetidas a cobranças institucionais perversas, ao lado da ausência do Estado em políticas públicas eficientes que lhes propiciem condições para o

cuidado de filhas/os, vivendo e repetindo situações que as condenam à psiquiatrização e judicialização, estigmatizadas que são e ameaçadas com a perda do poder parental.

Não é de estranhar que a violência seja o mote de preocupação maior nos tempos que vivemos, no mundo contemporâneo e, em especial, no nosso país cujas cifras de violência são assustadoras. Em agosto de 2018, o então Ministério dos Direitos Humanos registrou 27 feminicídios e 547 tentativas de assassinatos de mulheres⁴ (BRASIL, 2018). Também permanecem assustadores os recentes dados lançados no Dossiê “Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2018), organizado por Bruna Benevides, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e Sayonara Nader Nogueira, do Instituto Brasileiro de Transformação pela Educação (IBTE), que registrou 163 mortes violentas de pessoas trans no país em 2017, com a expressiva maioria de travestis e mulheres trans. Violência cultuada, disseminada, banalizada e prestes a aumentar no país, com a imposição do projeto de liberação do porte de armas pelo governo.

Em momentos tão duros, esperamos que a leitura deste dossiê seja inspiradora para formação de redes e novas ideias em busca de uma vida mais segura, alegre e com direitos básicos garantidos para todas e todos.

REFERÊNCIAS

ANGONESE, M. **Um pai trans, uma mãe trans: direitos, saúde reprodutiva e parentalidades para a população de travestis e transexuais.** Dissertação. Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina. 2016. 165 p.

BENEVIDES, B.; NOGUEIRA, S. (orgs) **Dossiê “Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil”**, ANTRA e IBTE, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 29 jan 2019

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 01**, de 29 de janeiro de 2018, Orienta a atuação profissional de psicólogas(os) para que travestilidades e transexualidades não sejam consideradas patologias.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 001/99**, de 22 de março de 1999, Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual.

⁴ <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/ligue-180-recebe-e-encaminha-denuncias-de-violencia-contra-as-mulheres>

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (17ª ed.)

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FRIGOTTO, G. (org.). **Escola “Sem” Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **MDH divulga dados sobre feminicídios**. 2018. Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/ligue-180-recebe-e-encaminha-denuncias-de-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 01 de jan 2019.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas** - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.

SOUZA, A. L. et al. (orgs). **A Ideologia do Movimento Escola sem Partido**. 20 Autores *Desmontam o Discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

TEIXEIRA, A. **Educação no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.

_____. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

_____. **Educação é um direito**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

_____. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

Histórico

Recebido em: 30-11-2018

Aceito em: 3-12-2018